

TRUE REPRESENTATION

REPRESENTAÇÃO VERDADEIRA

***Como as assembleias de cidadãos e os sorteios
salvarão a democracia***



TED WACHTEL



*Representação Verdadeira:
como as assembleias de cidadãos e os sorteios¹
salvarão a democracia*

Copyright 2019 Ted Wachtel

Todos os direitos reservados

Publicado por The Piper's Press
PO Box 400
Pipersville, PA 18947, U.S.A.

Building a New Reality.com
Série de livros

Impressão ISBN 978-1-934355-45-9
E-book ISBN 978-1-934355-46-6

¹ N. de T.: *Sortition* (sorteio). Em governança, "sorteio" é o processo de selecionar ocupantes de cargos públicos como uma amostra randômica a partir de um conjunto maior de candidatos.

Sumário

- 1. O que fazer pelo seu país /4**
- 2. O mito do voto /7**
- 3. A sabedoria das multidões /12**
- 4. A nação em uma sala /17**
- 5. O menu de sorteios /20**
- 6. A busca pelo poder /25**
- 7. A promessa da Representação Verdadeira /29**

Adendo: Indicação de material sobre assembleias de cidadãos e sorteios /32

Uma chamada à ação: uma assembleia de cidadãos norte-americanos para o controle de armas /35

1. O que fazer pelo seu país

Em 28 de outubro de 1960, quando eu tinha quatorze anos, assisti ao [discurso que John F. Kennedy fez para milhares de pessoas reunidas](#) na praça e nas ruas ao redor do Monumento aos Soldados e Marinheiros no centro de Allentown, na Pensilvânia. Eu estava olhando por uma janela vários andares acima de Kennedy, no antigo edifício do YMCA, tendo sido chamado por um amigo da escola secundária para jogar caixas de confetes que pairariam pelo ar até chegar lá embaixo, na plataforma do orador. Naquele dia, Kennedy tornou-se meu herói.

Três meses depois, em 20 de janeiro de 1961, absorvi cada palavra de seu discurso inaugural (escrito por Ted Sorenson, um dos escritores de discursos presidenciais mais inspiradores até hoje). Quando Kennedy proclamou, “Não pergunte o que seu país pode fazer por você, pergunte o que você pode fazer pelo seu país”, a frase penetrou minha alma e definiu grande parte da minha motivação pelo resto da vida.

[John T. Gross](#), que era prefeito de Allentown à época, apresentou Kennedy à multidão. Alguns anos depois, o prefeito Gross me apresentou a uma multidão muito menor quando cortei a fita de reabertura de uma loja de departamentos recém-reformada, a apenas uma quadra do local onde Kennedy esteve. Eu tinha sido escolhido o aluno “Prefeito por um dia”, e passei o dia acompanhando o prefeito.

Perguntei-me se eu, também, poderia me tornar presidente. Nos primeiros passos da minha carreira política fui eleito presidente do grupo de jovens local, dirigente sênior de minha turma da escola secundária e presidente da residência universitária na faculdade. Aproveitei cada experiência que poderia me ensinar sobre a arte da política.

Mas fiquei desiludido. Lembro-me de entrar no escritório de meu orientador na escola secundária, quando estavam todos ao redor de uma pequena televisão, e descobrir que o Presidente Kennedy tinha morrido. A sucessão de violência me deixou chocado: Robert F. Kennedy, Malcom X, Martin Luther King, Vietnã, Kent State e Jackson State deixaram meu espírito bem entristecido.

Entretanto, meu grande *h* veio de uma definição logo no primeiro capítulo de meu primeiro livro de Ciência Política. Ela desafiou minhas noções ingênuas quando asperamente declarava que “política é a busca do poder”. Não dizia nada sobre altruísmo nem “o que você pode fazer por seu país”, nem verdade, justiça ou a vida americana. Quanto mais investigava história e política, mais me dava conta de que eu não poderia fazer o que os políticos têm de fazer para vencer eleições, então abandonei minhas aspirações nesse campo.

A busca por uma boa governança

Mas eu ainda estava profundamente interessado no que constitui uma boa governança. Logo que nos casamos, minha esposa, Susan, e eu nos tornamos membros de comitês em nossa pequena cidade. Fazíamos campanha por pessoas com as quais nos importávamos, mas não

conseguíamos apoiar os candidatos de nosso partido que não passavam de políticos incompetentes.

Em 1972, ao distribuir material informativo sobre [McGovern](#) em um supermercado de nossa comunidade majoritariamente conservadora, Susan, grávida de seis meses, deparou-se com o modo como a política traz à tona o que há de pior nas pessoas. Ela foi atacada verbalmente por apoiadores de Nixon, que lhe disseram que “pessoas como você não pertencem a este lugar”. Ela se defendeu, insistindo que “não estamos na Alemanha nazista. Tenho todo o direito de estar aqui”. Seus agressores bateram em retirada quando cheguei ao supermercado com o fotógrafo de um jornal.

Ambos nos aventuramos em campanhas políticas por um tempo, mas ficávamos cada vez mais desencantados com os motivos de muitos dos candidatos que encontrávamos. Susan ainda dá telefonemas e, de vez em quando, coloca cartazes para candidatos de quem ela gosta, mas eu comecei a procurar outras maneiras de “fazer pelo meu país”.

Reorganizando as cadeiras no convés

Em 1975, eu estava fazendo doutorado sobre Mídia Educativa e procurando um projeto interessante para minha dissertação. Fiquei interessado em um esforço de reforma governamental local chamado Comissão do Estatuto de Autonomia Política do Condado de Bucks. A Comissão propunha uma mudança na estrutura de governo do condado com o intuito de melhorá-la, mas tinham que convencer os eleitores em um referendo.

Fiz uma produção audiovisual para a Comissão do Estatuto de Autonomia Política como parte de minha dissertação de doutorado. Eu esperava que minha produção educativa com slides e som informasse os votantes com maior eficiência. Minha hipótese era que, se melhorássemos a qualidade das informações e sua disseminação usando a mídia educativa, poderíamos melhorar a tomada de decisões pública.

Percorri o condado participando de várias reuniões. As pessoas disseram que adoraram minha apresentação audiovisual e, especialmente, a versão de [Yankee Doodle](#) que usei na trilha sonora mas, no final, a maioria das pessoas decidiu o voto baseadas em partidos políticos. Os Republicanos, que eram maioria no Condado de Bucks, na Pensilvânia, votaram contra mudanças, e os Democratas, que queriam se tornar dominantes, votaram a favor de mudanças, o que não foi uma surpresa.

A noção de reforma estrutural não conseguiu lidar com o problema subjacente à tomada de decisões democrática: a incapacidade de o público fazer escolhas informadas e conscienciosas. No final, percebi que reformas como a Comissão do Estatuto de Autonomia Política teriam tanta probabilidade de salvar a democracia quanto reorganizar as cadeiras no convés teria de salvar o Titanic.

O Congresso Eletrônico

Em meu próximo experimento para melhorar a governança, em 1992, escrevi e publiquei um livro chamado "[The Electronic Congress: A Blueprint for Democracy](#)". À época, o candidato presidencial independente Ross Perot havia sugerido um mecanismo de referendo computadorizado interno, de modo que os cidadãos poderiam votar em leis propostas por uma comissão de especialistas. A ideia de Perot foi criticada por ignorar os freios e contrapesos de uma legislatura bicameral, gerando temor de que o pesadelo de uma anarquia das massas, do fundador americano James Madison, se tornasse realidade.

Em vez disso, meu livro propunha o que eu esperava ser um enfoque dos referendos nacionais que abordasse tal preocupação, confiando que o Congresso propusesse questões a serem decididas em referendos nacionais através do voto por telefone, o que permitiria que as pessoas pensassem e votassem sem se influenciar pelo burburinho das campanhas políticas dos candidatos e do dia da eleição.

Mas falar é fácil, e falar sem agir de nada adianta. Fui profundamente influenciado pelo falecido [Buckminster Fuller](#), um dos grandes inovadores do século XX, que dizia: "Nunca se muda as coisas lutando contra a realidade existente. Para mudar algo, construa um novo modelo que torne o modelo existente obsoleto." Com cada um dos [mais ou menos doze livros](#) que escrevi ou editei, sempre construí um modelo funcional ou já estava realizando um projeto ou programa relacionado ao conteúdo do livro.

Simultaneamente à publicação de meu livro, também lancei o Projeto Referendo por Telefone na forma de um pequeno modelo experimental do Congresso Eletrônico. As pessoas que se inscreviam poderiam responder a um boletim escrito enviado a elas via postal, colocando várias perguntas relativas a breves problemas nacionais, votando por telefone através de um número 0-800. A voz de minha esposa, digitalizada por um programador de computador, guiava os que telefonavam no processo de votação. A maioria dos participantes haviam comprado meu livro, eram alunos universitários designados por seus professores a participarem ou haviam lido sobre meu experimento em um jornal cooperativo de Nebraska. Eu me diverti usando o projeto por alguns anos e aprendi bastante, principalmente através de meus erros.

No processo de pesquisa para o livro "Electronic Congress", eu investiguei a história e o uso contemporâneo de referendos. Desde então, percebi que as limitações dos referendos são as mesmas [limitações de votações da opinião pública](#) (discutido em mais detalhes mais adiante) e das eleições:

- *Ignorância racional* — as pessoas pensam que seu voto é muito insignificante para investir tempo analisando as questões.
- *Opiniões não existentes*—os eleitores frequentemente tomam decisões ao acaso quando estão desinformados.
- *Opiniões isoladas*—muitas pessoas meramente refletem as opiniões de seu próprio grupo social, sem considerar outras perspectivas.

Além disso, a enorme quantia em dinheiro que interesses especiais demandam para apoiar ou derrotar referendos repete os problemas das eleições. As campanhas de mídia rotineiramente

utilizam-se de propaganda negativa que distorce, exagera e mente, na esperança de semear dúvidas entre os desinformados. Referendos não são melhores do que eleições ou reformas estruturais. Eles ainda não tratam do problema subjacente da democracia: cidadãos que votam sem ter conhecimento suficiente para tomar boas decisões e políticos que desejam explorar a ignorância deles.

2. O mito do voto

A maioria das pessoas acredita que *votar é democracia* e que uma eleição é a única maneira democrática de escolher as pessoas a ocuparem cargos políticos públicos. Mas elas estão enganadas.

A União Americana pelas Liberdades Civis e as Nações Unidas referem-se ao voto como a “[pedra fundamental de nossa liberdade](#)” e o “ponto crucial da democracia”. Mas elas estão enganadas.

Na [democracia original](#) da Atenas antiga, a Grécia elegia apenas dez por cento dos ocupantes de cargos públicos via eleições, escolhendo o resto por [sorteio](#)—uma loteria que selecionava cidadãos aleatoriamente para servirem como legisladores, jurados, magistrados e administradores. Eles usavam um dispositivo de randomização chamado [kleroterion](#) para escolher os nomes daqueles que iriam servir.

Por centenas de anos, tribunais norte-americanos e britânicos deram continuidade à tradição ateniense de sorteios, selecionando membros do júri aleatoriamente a partir de listas de contribuintes do imposto de renda, votantes ou motoristas registrados. Não menos do que nas legislaturas, acreditamos em júris para tomarem decisões mais significativas, seja ao tirarem a liberdade ou a própria vida de seres humanos.

Democracias representativas que precederam a fundação da República norte-americana, desde Atenas até as cidades-estados italianas, usaram o sorteio para escolher a maioria dos ocupantes de cargos oficiais, em vez de eleições.

No início, todos riem da ideia de selecionar randomicamente nossos legisladores por meio de uma loteria. Ainda assim, todos concordam que nossos legisladores têm de fazer sérias concessões devido à necessidade de implorar por doações para as campanhas eleitorais.

Então, por que rir?

Quando ocupantes de cargos públicos aceitam doações, eles tornam-se vulneráveis às demandas dos doadores. Eles têm dificuldades para seguir suas próprias consciências. Como um influente lobista congressional uma vez gracejou, [a maioria dos legisladores “gostaria de fazer a coisa certa”](#) se conseguissem sair impunes”.

Os números não mentem

Aristóteles, o filósofo ateniense, [escreveu](#), “A indicação de magistrados por sorteio é considerada democrática, e a eleição deles é oligárquica”. O sorteio é o melhor método de escolher os ocupantes de cargos oficiais em uma democracia porque, pela seleção por sorteio, a probabilidade estatística garante que os escolhidos realmente representam o conjunto de cidadãos (explicado a seguir). A eleição é melhor para manter uma oligarquia porque indivíduos ricos e poderosos podem prontamente manipular o processo eleitoral.

O sorteio acerta o alvo da governança democrática. Cada cidadão, acionista ou membro estaria representado de maneira mais verdadeira em governos, corporações e organizações se suas legislaturas e diretorias fossem selecionadas aleatoriamente entre seus componentes.

Assim como em pesquisas de opinião pública, quanto maior o tamanho da amostra selecionada, menor será a margem de erro. Uma amostra maior reflete mais acuradamente tudo sobre a população alvo, desde atitudes e opiniões até características físicas como a idade, o fato de ser canhoto ou a cor do cabelo.

A democracia distorcida

Em nossa realidade atual, os indivíduos e as organizações poderosas distorcem o processo democrático em países de todo o mundo ao:

- Fazerem grandes doações de dinheiro ou de recursos humanos a campanhas políticas.
- Prometerem empregos lucrativos a ocupantes de cargos públicos após eles terminarem seus mandatos.
- Subornarem ocupantes de cargos públicos com dinheiro, viagens e presentes durante seus mandatos.

Supostamente, em todo mundo, a democracia venceu. A maioria dos países do mundo declaram ser democracias. Até mesmo a Coreia do Norte, comandada por um [ditador de terceira geração](#), usa o disfarce de República Popular Democrática da Coreia.

Mas, em um mundo dominado por monarcas, agora o dinheiro é que manda. Democracias de longa data nas Américas e na Europa tornaram-se tão corruptas que não apenas não acertam na mosca da verdadeira representação, mas erram totalmente o alvo. O processo democrático não é mais uma deliberação. Ele tornou-se um leilão, vendendo favores aos que fazem os lances mais altos.

Prudência

Em 1776, uma frase da Declaração da Independência afirmava: “[A prudência, na verdade, decretará que governos duradouros não devem ser trocados por causas fracas e passageiras.](#)”

Eu não poderia concordar mais. Como a ideia de sorteios é estranha e nova a todos, nós devemos avançar conscienciosamente e avaliar cada passo. Mas não fazer nada quanto a eleições nos deixa travados no mundo corrupto que as democracias agora habitam, dominadas por políticos partidários que se sentem em dívida com ricos e os poderosos. Enquanto fizemos muitas tentativas de reformas no financiamento de campanhas, está provado que isso dá tão certo quanto pedir que uma raposa tome conta do galinheiro.

O ceticismo quanto à democracia em meu próprio país, os Estados Unidos, e em outros lugares cresceu até um ponto em que:

- Nos Estados Unidos, mais de 40 por cento dos votantes elegíveis não votam nas eleições presidenciais.

- Geralmente, mais de 60 por cento não votam nas eleições intercalares (mais de 50 por cento na eleição de 2018).
- Mais de 70 por cento não votam nas eleições presidenciais primárias.
- Mais de 60 por cento não votam nas eleições locais e estaduais.
- Mais de 80 por cento não votam nas eleições locais e estaduais primárias.

Votar em eleições também está em declínio nas eleições para o [Parlamento Europeu](#), em [países europeus e em todo o mundo](#). Cada vez mais, as pessoas não confiam que seus representantes eleitos falem a verdade. Os políticos em democracia em todo o mundo sacrificaram a verdade no altar do poder. A verdade tornou-se irrelevante. Vencer eleições é tudo que importa.

Os cidadãos veem seus representantes eleitos se preocupando, em primeiro lugar, com enriquecer. [Uma pesquisa da Transparência Internacional](#) com 114.000 pessoas em 107 países descobriu que, na pesquisa mais recente, apenas 30 por cento acreditavam que seus governos estavam lidando de forma eficiente com a corrupção.

No final dos anos cinquenta, cerca de 75 por cento dos norte-americanos expressavam confiança no governo do país “na maior parte ou durante todo o tempo”. Agora, [apenas 19 por cento dos norte-americanos confiam em seu governo “na maior parte ou durante todo o tempo”](#).

Essas não são causas “fracas e passageiras”. Elas são tão significativas quanto as “causas” que levaram os colonizadores norte-americanos, em 1776, a se levantarem em uma violenta revolução contra seu rei e a criarem uma nova forma de governo: uma república democrática que ajudou a inspirar o nascimento de outras repúblicas democráticas em todo o mundo.

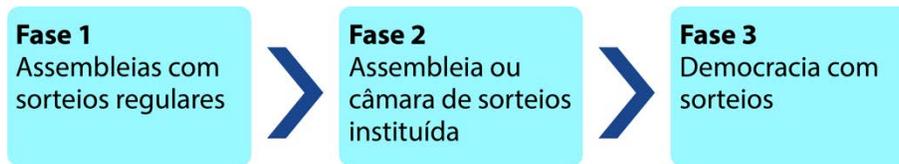
Entretanto, quando Benjamin Franklin, um dos fundadores da república norte-americana, emergiu do Hall da Independência, na Filadélfia, após as deliberações secretas da Convenção Constitucional de 1787, foi questionado pela Sra. Elizabeth Powel, que estava no meio da multidão do lado de fora: “Bem, Doutor, o que temos então, uma república ou uma monarquia?”

Franklin respondeu: [“Uma república, senhora, se vocês conseguirem mantê-la”](#).

O que podemos fazer?

Devemos construir uma nova realidade para a democracia. Contudo, não precisamos de revoluções violentas, com sangue e lágrimas. Os cidadãos da maior parte das democracias ainda têm à sua disposição a capacidade de realizar mudanças através do voto, mas o desafio é conseguir que as pessoas tenham foco e se mobilizem para usar esse poder eficazmente. Esse é o propósito deste [manifesto](#).

Pretendemos redefinir como se governa, criando [“assembleias de cidadãos”](#) locais, estaduais, regionais e nacionais, sejam elas oficiais ou experimentais, cujos membros são escolhidos por sorteio. Demonstraremos que, sob as condições certas (que discutirei mais adiante), grandes



grupos de cidadãos comuns podem tomar decisões informadas e conscienciosas sobre problemas complexos, da mesma forma ou melhor do que os legisladores cujas decisões são manchadas por seu desejo de serem reeleitos.

[James Fishkin](#), fundador do [Center for Deliberative Democracy \(Centro de Democracia Deliberativa\)](#), da [Universidade de Stanford](#), estabeleceu deliberative polling™ (pesquisa deliberativa) como o padrão de ouro para assembleias de cidadãos ao pesquisar extensivamente “as condições certas”. De 1996 a 1998, ele organizou [oito assembleias regionais no Texas](#). Esses cidadãos do assim chamado “estado do petróleo e do gás”, após meticulosa ponderação, se manifestaram tão fortemente em favor da energia renovável que o Texas, desde então, passou do estado número 49 ao estado número 1 na produção desse tipo de energia. Em 2011, durante três dias, uma assembleia de 412 californianos demonstrou como cidadãos comuns podem tomar decisões conscienciosas sobre uma ampla gama de problemas complexos, desde taxaço até reforma eleitoral (assista [What’s Next California](#), um especial de uma hora da rede de televisão PBS).

A [Sortition Foundation](#) (Fundação de Sorteio) do Reino Unido defende a substituição da [Câmara dos Lordes](#) britânica por uma “Câmara dos Cidadãos,” de modo que a [Câmara dos Comuns](#) eleita não possa aprovar leis sem o consentimento de um grupo estatisticamente representativo de cidadãos em uma segunda legislatura. A Fundação recentemente finalizou seu documento estratégico, detalhando um processo de três fases para radicalmente transformar a democracia no que eles chamam de “Sortition Democracy” (Democracia do Sorteio).

De acordo com [Brett Hennig](#), diretor da Sortition Foundation, a fase 1 está em andamento em muitos outros países em todo o mundo. Ele diz que há evidências de que a Fase 2 também possa estar se aproximando rapidamente.

Fase 1

As primeiras assembleias patrocinadas pelo governo foram apenas consultivas. Em [2004 e 2006, a Colúmbia Britânica e Ontário, no Canadá, e os Países Baixos usaram assembleias de cidadãos](#) para tratar de questões sobre a reforma do sistema eleitoral. Um processo quase randômico foi usado para garantir uma distribuição geográfica e demográfica acurada. Os participantes receberam um curso introdutório sobre política eleitoral. Em seguida, analisaram e deliberaram sobre propostas alternativas para a reforma eleitoral e fizeram recomendações.

Na Europa, a Bélgica foi a pioneira em assembleias de cidadãos em larga escala. Em novembro de 2011, frustrados pelo impasse político inédito, no qual os dois principais partidos políticos da Bélgica levaram 589 dias para formar um governo, cidadãos belgas agiram sozinhos. Eles organizaram [um G1000 nacional](#), o nome que deram a uma grande Reunião de Cúpula de Cidadãos experimental que deliberou e identificou problemas-chave para os belgas. Desde então, os holandeses têm usado o conceito do G1000 para organizar assembleias locais de cidadãos. O Reino Unido atualmente está patrocinando várias assembleias consultivas de cidadãos, selecionados por sorteio, a fim de fazer recomendações sobre assistência social e várias questões locais ou regionais.

Em [seu post no blog](#) do meu site [Building a New Reality](#) , Brett Hennig explica como “durante 18 meses, de outubro de 2016 a abril de 2018, noventa e nove cidadãos irlandeses escolhidos randomicamente fizeram uma coisa incrível: recomendações de políticas para seu governo. E, o que é melhor, o governo escutou e respondeu”.

“A proposta mais bem conhecida feita por esta [assembleia de cidadãos irlandeses](#) (assista o [documentário](#)) foi que o banimento constitucional do aborto fosse revogado. O resultante referendo, em maio de 2018, fez exatamente isso. Agora, o governo está voltando sua atenção para uma outra série de recomendações provenientes da assembleia de cidadãos: como tornar a Irlanda líder na abordagem das mudanças climáticas.

“Assembleias de cidadãos estão crescendo em popularidade por várias razões, sendo que uma das principais é que as pessoas confiam nelas e não confiam nos políticos. A segunda razão é que, para os políticos, as assembleias abrem um espaço para a abordagem de assuntos controversos de uma maneira não partidária - sua legitimidade vem do fato de que elas honram a decisão informada de um grupo representativo de cidadãos. Muito poucos políticos quiseram falar sobre o aborto publicamente na Irlanda antes que ele entrasse na agenda da assembleia de cidadãos. Após as deliberações da assembleia, é praticamente impossível detê-los.”

Fase 2

Entretanto, desenvolvimentos recentes apontam para tendências que vão de *consultivos a autoridade*—dando às assembleias o poder de tomar decisões legalmente obrigatórias, em vez de recomendações. Desde 2016, [Gdansk, na Polônia, delega autoridade municipal](#) a seus cidadãos ao convocar uma série de assembleias que se reúnem durante vários dias em torno de uma questão específica. Aproximadamente sessenta cidadãos são escolhidos randomicamente por vários dias para ouvir o testemunho de especialistas, fazer perguntas e deliberar em pequenos grupos, e então apresentar decisões quanto a políticas vinculativas. (Tragicamente, o homem responsável por essa inovação democrática, o popular prefeito de Gdansk, [Pawel Adamowicz](#), foi assassinado em 14 de janeiro de 2019).

Um parlamento regional da Bélgica pretende complementar sua legislatura unicameral com um segundo órgão de sorteios permanente. Similarmente, Madri, na Espanha, pretende criar um conselho municipal bicameral com uma segunda câmara de conselho para sorteios.

Fase 3

Brett Hennig é otimista. Ele assegura que “a política partidária eleitoral está falida e é disfuncional. Todos sabem disso. Mas agora há esperança. Quando uma massa crítica de pessoas e comunidades tiver experimentado ou ouvido falar dos benefícios do sorteio, terá chegado o momento de avançar para o estágio nacional e transformar nossas democracias falidas, ocasionando ”[“The End of Politicians”](#) (“O Fim dos Políticos”, livro de Hennig) e o início de uma verdadeira democracia do, pelo e para o povo”.

3. A sabedoria das multidões

[James Surowiecki](#) escreveu o livro sobre a tomada de decisões em grandes grupos. Em "[The Wisdom of Crowds](#)," ("A sabedoria das multidões") ele argumenta que grandes grupos de pessoas comuns, *dadas as condições certas*, tomam melhores decisões do que especialistas. Seu livro foi indicado como "o melhor livro de negócios de 2004", tanto pela revista *Businessweek* como pela *Forbes*.

Ele começa o livro com a incrível história do cientista britânico [Francis Galton](#), ele mesmo um elitista, que em 1906 descobriu "a sabedoria das multidões" no concurso de uma feira rural no qual os indivíduos tentavam adivinhar o peso de um boi. Ninguém, não importando quão especializada tal pessoa fosse, conseguiu chegar a um número tão exato quanto a estimativa coletiva da multidão. A média de 787 estimativas provou-se perfeita. O boi pesava exatamente 543 quilogramas. A surpreendente descoberta de Galton contradizia as suposições populares de que os grupos humanos são como manadas, facilmente influenciáveis e com probabilidade de tomar decisões precipitadas e emotivas.

O pesadelo de James Madison

Mas, em 1787, aqueles que elaboraram a Constituição dos Estados Unidos tinham dúvidas quanto à sabedoria das multidões. Os fundadores criaram um "[Colégio Eleitoral](#)" para escolher o presidente e o vice-presidente e, até 1913, quando a 17ª Emenda mudou a Constituição, os senadores eram eleitos por legislaturas estaduais, e não por eleitores. O acadêmico constitucional [Jeffrey Rosen](#) descreve o pensamento dos fundadores: "O Senado era constituído por aristocratas naturais escolhidos por legisladores estaduais, em vez de serem eleitos pelo povo. E, em vez de eleger diretamente o presidente, o povo votava em eleitores sábios, ou seja, homens brancos donos de propriedade que, no final, escolhiam um presidente do mais alto caráter e de capacidade crítica discernidora".

[James Madison](#), conhecido como o Pai da Constituição, chegou à [Convenção Constitucional na Filadélfia de 1787](#) com dois grandes baús de livros de história sobre como as democracias anteriores haviam falhado. Em vez de uma democracia direta, os fundadores criaram uma república representativa. Madison via o Senado como uma "cerca necessária" contra a "inconstância e a paixão" do povo e dos membros da Câmara dos Deputados que eles haviam elegido. George Washington dizia que os legisladores da Constituição haviam [criado o Senado para "resfriar" a legislação da Câmara](#), assim como um pires era usado para resfriar chá quente.

Madison e os outros fundadores estavam decididos a evitar os erros do passado, mas como o título do artigo de Rosen na edição de outubro de 2018 da *The Atlantic* proclama, "[A América está vivendo o pesadelo de James Madison](#)". Os fundadores não poderiam ter previsto as consequências involuntárias de ignorar a original tradição democrática do sorteio. Em vez disso, eles confiaram em eleições competitivas para escolher os tomadores de decisão, exceto para a escolha através de loteria de jurados para o sistema judiciário. Passados mais de dois séculos, eleições competitivas transformaram-se em experimentos de combate nos quais os

candidatos a cargos públicos se agridem em debates e através de propagandas com ataques negativos que exageram, distorcem e mentem descaradamente.

A raça humana como supercomputador

A notável história de Surowiecki da multidão na feira rural de 1906, que coletivamente adivinhou o peso do boi, sugere que é como se nós, seres humanos, pudéssemos estar interligados como pequenos computadores para, coletivamente, atingir a inteligência de um supercomputador. Se compararmos todas as decisões individuais de grandes seres humanos, nós integraremos seus pontos fortes, seus pontos fracos e diversas opiniões para chegar a uma perspectiva composta muito mais acurada do que a de qualquer especialista sozinho.

Esse é o princípio subjacente a [fundos de índices de ações](#), que são uma combinação das decisões de todas as pessoas comprando ações listadas em um determinado índice. A cada ano, os fundos de índices superam mais do que a metade dos fundos de ações administrados por consultores de valores mobiliários especializados. A cada ano.

Esse também é o princípio subjacente ao fato notável de que a média de um grupo de indivíduos adivinhando o número de jujubas em um pote chegará mais próximo ao total correto do que qualquer adivinhação individual. Rotineiramente.

Encontrando um submarino desaparecido

O exemplo mais surpreendente da sabedoria das multidões é o processo que o oficial da marinha John Craven usou para encontrar um submarino após ele repentinamente desaparecer no Atlântico Norte em maio de 1968. Apesar de a última localização relatada do submarino ser conhecida, ninguém sabia até onde ele poderia ter viajado após seu último contato por rádio. A área designada para busca foi um círculo de trinta e dois quilômetros de largura e centenas de metros de profundidade.

Craven reuniu um grupo de diferentes especialidades, incluindo especialistas em submarinos, matemáticos e especialistas em salvamento, pedindo que não trocassem informações entre si. Em seguida, ele ofereceu a cada um uma série de explicações alternativas sobre o que poderia ter acontecido com o U.S.S. Scorpion. Pediu que cada um apresentasse sua melhor estimativa quanto à localização exata. Finalmente, empregou uma fórmula chamada teorema de Bayes, que é uma maneira de calcular como novas informações sobre um evento alteram as expectativas preexistentes.

Quando terminou, Craven obteve o que era, de modo geral, a estimativa coletiva do grupo sobre o paradeiro do submarino. A localização não foi obtida por meio de um único indivíduo, e sim pelo raciocínio coletivo do grupo como um todo. Cinco meses

após o desaparecimento do Scorpion, um navio da marinha encontrou o submarino 200 metros de onde o grupo de Craven tinha dito que ele estaria.

As condições certas para uma boa tomada de decisão em grupo

Por que nossas legislaturas não trabalham como os fundadores pretendiam? Porque elas não conseguem atender as cinco condições de James Surowiecki para uma boa tomada de decisão em grupo.

Vamos examinar a lista de verificação.

Existem duas pré-condições:

O grupo deve ter um mecanismo previamente acordado para transformar suas opiniões privadas em uma decisão coletiva do grupo. Sim, nossas legislaturas têm os mecanismos de votação estabelecidos, mas os partidos políticos rotineiramente discutem muito sobre o procedimento legislativo, alterando ou pervertendo as regras legislativas para obter vantagem estratégica. Eles não conseguem nem mesmo concordar sobre o próprio processo eleitoral, discutindo questões técnicas como [problemas na votação do Condado de Palm Beach](#) nas eleições presidenciais do ano 2000, ou tentativas dos republicanos de alterar os requisitos para registro eleitoral, que os democratas afirmam ser uma desvantagem para seus eleitores. Não, nossas legislaturas não têm um mecanismo previamente acordado.

O grupo deve ter acesso oportuno a boas informações. Sim, as legislaturas podem recorrer a agências oficiais para que elas forneçam informações, mas o atual clima político dividido dos Estados Unidos tornou isso mais complicado. Na era das [notícias falsas](#), alguns legisladores não só duvidam de uma mídia de massa respeitável como também lançaram dúvidas sobre informações não partidárias, como projeções financeiras de seu próprio GAO² (*Government Accountability Office*) e conclusões a que chegaram suas próprias agências de inteligência e o FBI. Não, nossas legislaturas não conseguem nem mesmo concordar sobre o que são boas informações.

E o que é mais importante, Surowiecki define três outras condições para um processo de tomada de decisões inteligente em grandes grupos. O grupo deve ter:

- Diversidade de opiniões.
- Independência de opinião.
- Tomada de decisões descentralizada.

Vejamos se o Congresso dos Estados Unidos ou as legislaturas estaduais conseguem atender essas três condições críticas.

² N. de T.: *GAO - Government Accountability Office* é o órgão responsável pela auditoria, pelas avaliações e pelas investigações do Congresso dos Estados Unidos. No Brasil, seria um órgão com objetivos similares aos da Controladoria Geral da União.

Diversidade de opiniões O legislador estadual médio nos Estados Unidos é do sexo masculino, branco, protestante, com cerca de sessenta anos, pós-graduação e experiência em negócios. No atual Congresso norte-americano, mais da metade de todos os senadores e mais de um terço de todos os deputados são advogados. Não, nossas legislaturas estaduais e nacionais não possuem a diversidade de perspectivas que surge de pessoas com idade, gênero, ocupação, renda, crença religiosa e etnia diferentes.

Independência de opinião

Em cada órgão legislativo dos Estados Unidos, existe um representante partidário chamado *the whip* (o chicote), cujo trabalho é evitar que legisladores exerçam seu próprio discernimento e se desviem da posição de seu partido político sobre qualquer questão. Existem até mesmo legisladores autorizados a ameaçar com a perda de fundo de campanha na eleição seguinte. Não, nossos legisladores são restringidos, por seus partidos políticos, de votar independentemente.

Tomada de decisões descentralizada

Os partidos políticos realizam convenções partidárias para monitorar seus próprios membros. Os líderes partidários cuidadosamente distribuem postos em comitês a legisladores que farão cumprir a tomada de decisões de acordo com as linhas do partido. Não, nossas legislaturas não descentralizam a tomada de decisões.

A triste e simples verdade é que os líderes de partidos políticos não conseguem proporcionar as condições certas para uma boa tomada de decisão grupal. *Diversidade, independência e descentralização* põem em risco seu controle da máquina legislativa e as recompensas financeiras que ela lhes traz. Devido ao processo eleitoral combativo, caro e corrupto que usamos para escolher nossos tomadores de decisões, fracassamos e não atingimos uma representação verdadeira.

Sorteios e as cinco condições de Surowiecki

Se usamos sorteios para escolher:

- Membros de todas as legislaturas.
- Membros para uma câmara de uma legislatura bicameral.
- Participantes em assembleias de cidadãos lidando com um único assunto, grupos selecionados randomicamente atendem prontamente as cinco condições de Surowiecki para uma boa tomada de decisão em grandes grupos.

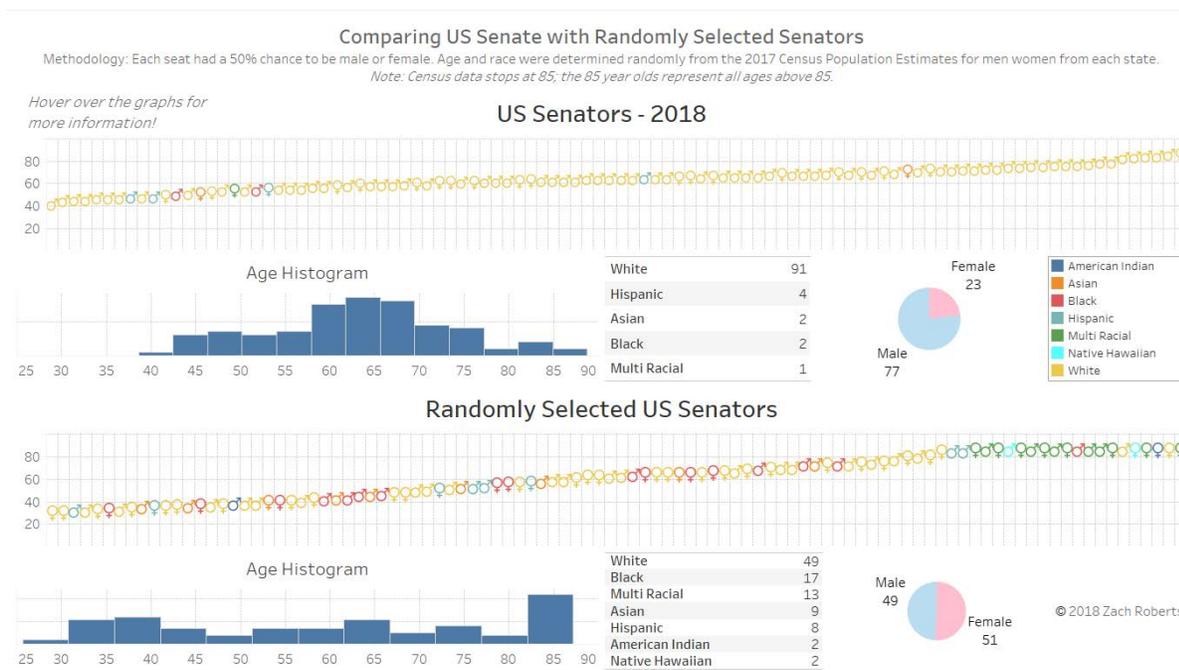
Como o único propósito de um partido político é vencer eleições, se escolhêssemos legisladores por sorteio em vez de eleições, reduziríamos a necessidade de partidos políticos e, portanto, minimizaríamos sua influência. Não haveria necessidade de políticos profissionais cumprindo mandato após mandato. Não haveria ninguém

comprando influência com doações de campanha, pois não haveria campanhas. Não haveria propagandas acintosas, insultos e acusações maldosas.

Sem as alterações de políticos buscando vantagens sobre seus rivais, seria relativamente fácil chegar a *um mecanismo previamente acordado para tornar opiniões privadas uma decisão coletiva* e estabelecer *acesso oportuno a boas informações*. Não há incentivo para brigar por identificação eleitoral, limitando as horas e o número de locais de votação ou a validade de informações de fontes privadas e públicas confiáveis.

O sorteio melhoraria drasticamente a *diversidade* de uma legislatura. Por exemplo, se os 100 senadores dos Estados Unidos fossem escolhidos por loteria pela população do país, a composição do Senado mudaria drasticamente para cerca de cinquenta por cento de homens e cinquenta por cento de mulheres, e uma ampla gama de etnias e ocupações. Por exemplo, na amostra randômica mostrada no gráfico (abaixo), foram escolhidos 51 mulheres e 49 homens. [Quanto maior o tamanho da amostra, menor a margem de erro.](#)

O gráfico, criado por Zach Roberts, mostra o contraste entre o gênero, a idade e a diversidade étnica de senadores nos Estados Unidos se fossem escolhidos por loteria *versus* a atual maioria predominante de homens brancos de mais idade que compõem o Senado norte-americano (veja a [versão interativa](#), que permite que o cursor de seu computador passe sobre os gráficos para mostrar informações mais detalhadas).



Quanto a melhorar a *independência de opinião* e *uma tomada de decisões descentralizada*, sem as cadeiras de comitês de maiorias e minorias partidárias e os

whips (chicotes) dos partidos impondo a linha partidária, os legisladores estariam livres para votar com suas consciências e realmente representar os desejos de seu eleitorado.

Posfácio

No posfácio de uma edição posterior de seu livro, James Surowiecki descreve como as pessoas queriam testar a hipótese “A Sabedoria das Multidões” sempre que ele fazia aparições públicas, não apenas fazendo o grupo adivinhar o número de jujubas em um pote, mas com desafios mais estranhos, como tentar adivinhar o número de livros da biblioteca da casa de James Surowiecki. Ele ficou surpreso porque ele mesmo não sabia o número, mas descreveu o cenário onde guardava seus livros para fornecer informações básicas. Em cada ocasião, sua preocupação foi de que a sabedoria das multidões não funcionaria, que a adivinhação média do grupo poderia não ser melhor do que a de indivíduos. Mas foi. De modo confiável.

4. A nação em uma sala

[George Gallup](#), o pioneiro pesquisador norte-americano de opinião pública, afirmou no livro que publicou em 1940, "[The Pulse of Democracy](#)" ("O Pulso da Democracia"), que as pesquisas de opinião pública modernas repetiriam em escala nacional uma reunião em uma cidadezinha da Nova Inglaterra. Ele disse que "os jornais e o rádio realizam o debate sobre assuntos nacionais... assim como os cidadãos fizeram pessoalmente na reunião da cidadezinha". E então, através de pesquisas, "as pessoas, tendo ouvido o debate sobre ambos os lados de uma questão, podem expressar a sua vontade". Seria como se "a nação estivesse literalmente em uma grande sala".

Três limitações críticas

Como [James Fishkin](#) explicou em seu artigo de 2006, "[The Nation in a Room](#)" ("A Nação em uma Sala"), a visão de Gallup sobre pesquisas de opinião pública confiáveis apresenta três limitações críticas:

- Ignorância racional.
- Opiniões não existentes.
- Opiniões isoladas.

A *ignorância racional* baseia-se em uma preocupação perfeitamente racional: "Por que gastar tanto tempo com questões de políticas complexas quando meu voto é meramente um entre milhões e não fará nenhuma diferença significativa?" A maioria das pessoas, confrontadas com as realidades do trabalho, dos filhos e de uma limitada quantidade de tempo de lazer, simplesmente não têm o incentivo de aprender e pensar sobre questões de políticas públicas.

Opiniões não existentes podem ser explicadas pelo fato de que muitos entrevistados não gostam de dizer "Não sei". Em vez disso, eles frequentemente escolhem uma resposta ao acaso, distorcendo os resultados de uma pesquisa devido a embaraço por sua falta de conhecimento.

Opiniões isoladas são formadas em uma bolha na qual os entrevistados meramente refletem as opiniões de pessoas como eles, que conversam apenas entre si e prestam atenção apenas à mídia que expressa suas visões de grupo. Eles estão isolados de diversas informações e perspectivas.

Então, por que nós confiaríamos em cidadãos comuns, escolhidos por sorteio, para compreenderem questões de políticas complexas e para serem tomadores de decisão eficientes? Porque nós percebemos, graças a James Surowiecki e James Fishkin, que grandes grupos de pessoas comuns podem tomar boas decisões *sob as condições certas*.

Democracia quando as pessoas estão pensando

Em seu livro lançado em 2018, "[Democracy When the People Are Thinking: Revitalizing Our Politics Through Public Deliberation](#)" ("Democracia Quando as Pessoas Estão Pensando: Revitalizando Nossa Política pela Deliberação Pública"), James Fishkin aponta para suas mais de 100 assembleias de cidadãos, em 28 países, que demonstram exatamente esse potencial. Chamado de "deliberative polling™" (pesquisa deliberativa), seu processo é diferente das pesquisas tradicionais de pedir a cidadãos despreparados para responderem a questões que eles podem não entender ou nem mesmo reconhecer. Em vez disso, pessoas escolhidas em uma amostra randômica cientificamente selecionada para refletir a população alvo, são reunidas em um espaço comum.

Inicialmente, elas são entrevistadas por telefone sobre as questões que encontrarão, e depois são convidadas a participar pessoalmente. Antes do evento, elas recebem um livro de instruções representando variadas perspectivas, com as partes oponentes concordando com a legitimidade do livro de instruções antes de ele ser finalizado. Durante um ou mais dias, as pessoas se reúnem em grandes e pequenos grupos, ouvem especialistas com perspectivas conflitantes, fazem perguntas, têm discussões e, no final, respondem à mesma pesquisa pela segunda vez. As escolhas de um indivíduo não são reveladas, apenas os resultados gerais.

Fishkin diz: "O público é muito esperto se tem uma oportunidade... Se as pessoas pensam que sua voz realmente importa, elas se esforçarão, estudarão de verdade o livro de instruções, farão perguntas inteligentes aos especialistas e, então, tomarão decisões difíceis. Quando ouvem os especialistas discordarem, elas são forçadas a pensar por si mesmas. Cerca de 70 por cento mudam de ideia durante o processo".

Curiosamente, uma mulher no Reino Unido, cujo marido participou de uma pesquisa deliberativa, disse a Fishkin que, em seus 30 anos de casamento, ela nunca tinha visto o marido ler um jornal. Entretanto, após participar do fim de semana de deliberação, ela disse que ele agora lê "todos os jornais, todos os dias" e que "seria muito mais interessante conviver com ele durante a aposentadoria".

Fishkin descobriu que, quando as pessoas têm uma razão para se tornarem informadas, elas desistem de sua ignorância racional. Ele observa que "a deliberação pode mudar os hábitos de uma vida inteira. Quando voltamos à amostra do evento britânico, cerca de 11 meses depois, encontramos os participantes ainda mais informados do que estavam ao final do fim de semana. Presume-se que continuaram a ler jornais e prestar atenção à mídia depois de terem seu interesse desperto pelas intensas discussões de um fim de semana deliberativo".

Durante mais de duas décadas, a pesquisa deliberativa tem abordado questões desafiadoras, desde o planejamento de necessidades energéticas no Texas, decisões sobre saúde na Itália e fechamento de escolas ciganas segregadas na Bulgária. Os projetos de Fishkin demonstram persuasivamente que os cidadãos comuns podem lidar com problemas complexos e tomar decisões conscienciosas livres da influência do dinheiro e da corrupção da política partidária.

Uma assembleia nacional de cidadãos

Então, como seria se os Estados Unidos fizessem algo diferente? Talvez devêssemos criar uma legislatura deliberativa única como projeto demonstrativo. Haveria 435 representantes, um de cada distrito congressional, escolhidos por sorteio. Ela seria formada por funcionários e financiamento oficiais, dedicada a decidir políticas sobre um único assunto controverso - como o controle de armas - usando o processo de pesquisa deliberativa de Fishkin. Os deputados, os senadores e o presidente *voluntariamente delegariam* sua autoridade a essa assembleia de cidadãos.

Há baixo risco de diminuir o respeito pelo Congresso ao haver engajamento com tal experimento. Impressionantes [76 por cento do público atualmente desaprovam](#) a maneira como o Congresso está fazendo seu trabalho, uma opinião que persistiu nesse nível ou além durante a maior parte da última década.

Há um precedente histórico para a delegação voluntária. A comissão apontada em [2005 para lidar com uma lista controversa de fechamento de bases militares nos Estados Unidos](#) somente permitiu ao Congresso a opção de votar “sim” ou “não” quanto à lista proposta pela comissão. Eles não tiveram permissão para fazer emendas. Assim, uma assembleia de cidadãos experimental única, tendo como único assunto o [controle de armas](#), poderia ser criada com um mandato semelhante. Entretanto, dada a legitimidade das assembleias de cidadãos quando comparadas à de uma comissão indicada, podemos razoavelmente pedir para nossos senadores e deputados simplesmente ratificarem as decisões de um grupo verdadeiramente representativo de norte-americanos, conscienciosamente deliberando sobre uma questão complicada que os políticos evitam como se fosse uma praga.

E o que é mais significativo, a assembleia de cidadãos lidando com um único assunto poderia fazer o que nunca acontece agora. Em vez de atacar a oposição na costumeira briga de adversários, os membros poderiam:

- Ler materiais com instruções e ouvir apresentações de lobistas e outras partes interessadas.
- Debater com especialistas e pessoal qualificado.
- Ter uma verdadeira conversa uns com os outros.
- Tomar decisões conscienciosas.

Que ideia radical! Um órgão deliberativo que realmente delibera, com tomadores de decisão cuja principal preocupação são as políticas públicas, e não o levantamento de fundos e o seu próprio posicionamento para a próxima eleição. Avalie os comentários do congressista norte-americano, [Steve Israel](#), que decidiu não concorrer novamente após oito mandatos. Ele disse: “Eu acho que não consigo passar nem mais um dia... implorando por dinheiro. Eu sempre soube que o sistema era deficiente. Agora está muito mais do que falido”.

A assembleia de cidadãos irlandeses, cuja autoridade para tomar decisões baseia-se na delegação voluntária pela legislatura irlandesa, transmite ao vivo pela internet e grava todas as suas reuniões, permitindo que seus concidadãos observem o processo. Os representantes da Assembleia passaram cinco fins de semana inteiros, durante cinco meses, aprendendo e deliberando sobre questões relacionadas ao banimento total do aborto de sua constituição, incluindo testemunhos de mulheres que tinham sido afetadas. Quando fizeram suas recomendações, eles estavam mais informados do que quase todos na Irlanda, incluindo os membros da legislatura de sua nação. Como foram selecionados por sorteio, eles também eram mais verdadeiramente representativos.

Se os Estados Unidos fosse organizar uma assembleia sobre o controle de armas, por exemplo, uma assembleia nacional de cidadãos única não necessitaria de uma emenda constitucional, apenas de vontade, por parte dos norte-americanos e de seus candidatos eleitos, como os irlandeses, de delegar autoridade congressional a um experimento em democracia participativa. Evidências e precedentes substanciais praticamente garantem uma experiência positiva, um primeiro passo prático em direção a cumprir a visão esperançosa de George Gallup “da nação em uma sala”.

5. O menu de sorteios

Podemos usar sorteios a nível nacional, estadual ou local para escolher:

- Membros de todas as legislaturas ou conselhos, ou apenas uma câmara de uma legislatura ou conselho bicameral.
- Os membros de assembleias de cidadãos lidando com único assunto.
- Jurados.
- Representantes para nomear assembleias.
- O Colégio Eleitoral.

À medida que lemos cuidadosamente o menu de sorteios, *vamos nos permitir diversão e pensamento crítico*. Nossos apetites podem mudar após termos degustado todos os pratos principais e uma sobremesa atrativa; uma seleção final que pode tornar o infame Colégio Eleitoral mais palatável.

Legislaturas e Conselhos

A proposta de Brett Hennig de uma Câmara de Cidadãos para substituir a Câmara dos Lordes no Reino Unido usaria o sorteio para escolher seus membros. Eles serviriam em tempo integral, receberiam salários e teriam assessores, assim como os membros do Palácio de Westminster, que continuariam a ser escolhidos em eleições competitivas.

Presumivelmente, as pessoas que não quisessem servir poderiam recusar a oportunidade. Em um país relativamente pequeno como o Reino Unido, a distância até o lar não seria um desafio tão significativo quanto em um país grande como os Estados Unidos. O trabalho que as pessoas já exercem provavelmente causaria um problema, apesar de que mandatos curtos e remuneração substancial ajudariam a tornar a tarefa mais atraente. Além disso, leis semelhantes àsquelas que protegem os empregos de norte-americanos que servem na Guarda Nacional por seis meses poderiam ser uma solução viável.

Ademais, uma boa compensação financeira e sanções legais estariam entre as estratégias para ajudar a assegurar que os participantes não aceitem empregos lucrativos ou outros tipos de propinas daqueles que desejam influenciar a legislação. Há outras considerações práticas que precisariam ser exploradas e decididas, como o modo de:

- Isolar cidadãos legisladores de influência indevida da família, de amigos e dos outros.
- Estimular o suporte dos pares para resistir às pressões que eles enfrentam enquanto servem.
- Aproveitar tecnologias que reduzem a necessidade de viajar, suplementando sessões presenciais com reuniões virtuais.
- Fornecer orientação para novos membros.
- Criar funcionários de serviços civis não partidários para formular material de instruções e redigir leis.

O professor [Alex Guerrero](#), da Universidade de Rutgers, em um artigo escrito em 2014 intitulado "[Against Elections: The Lottocratic Alternative](#)" ("Contras as Eleições: A Alternativa da Lotocracia") propõe uma abordagem interessante para as legislaturas de cidadãos. Em vez de uma legislatura geral tradicional que lida com tudo, ele propõe várias legislaturas especializadas para focar diferentes temas: agricultura, proteção ao consumidor, defesa, educação, proteção ambiental, regulação de serviços financeiros, saúde, política fiscal. O foco mais limitado permite que cidadãos comuns aprendam mais facilmente o que precisam saber para legislar conscienciosamente em uma dada área da governança.

Guerrero reconhece que poderia haver muitas variações neste modelo, mas ele sente que o elemento mais crítico é a seleção dos legisladores por loteria, um sistema de governança que ele prefere chamar de "[lotocracia](#)."

Guerrero defende a seleção randômica de legisladores porque: "Na presença de extensa ignorância dos cidadãos e na ausência de prestação de contas significativa, interesses poderosos efetivamente irão conquistar deputados, garantindo que os únicos candidatos viáveis, as únicas pessoas que podem obter e manter o poder político, são aqueles que agem de maneira compatível com os interesses dos poderosos".

Essa triste realidade foi demonstrada em novembro de 2017, nas semanas que antecederam a votação para aprovar a lei de corte de impostos, a qual descaradamente contradizia uma preocupação conservadora tradicional sobre o aumento do déficit. "[Meus doadores basicamente estão dizendo: 'Aprovem-na ou nunca me liguem novamente'](#)", disse o deputado [Chris Collins](#). O senador Lindsey Graham admitiu que se o GOP não aprovasse a lei, "as contribuições irão parar". Nas horas anteriores à aprovação da lei, Doug Deason, um financista do Texas e grande doador republicano, disse: "É tão desapontador quando você ajuda a colocar as pessoas em um cargo e elas não fazem nada". (Estejam certos de que os doadores influenciam da mesma forma os democratas). Em uma lotocracia, os legisladores estariam livres para exercer seu discernimento independente e seguir sua própria consciência.

Outra característica distintiva do modelo de Guerrero é a estrutura. Ele sugere 300 legisladores em cada legislatura especializada, que seriam randomicamente selecionados para mandatos de três anos, com 100 membros se aposentando e 100 novos membros para substituí-los a cada ano, assim como no Senado dos Estados Unidos, que muda um terço de seus membros a cada dois anos. Não há necessidade de adicionar a "cobertura" dos limites de mandatos; os limites já estariam assados dentro do bolo.

A alternativa da lotocracia disponibiliza funcionários especializados, incluindo advogados, os quais apoiam cada legislatura especializada durante uma série de etapas, como determinação da agenda, apresentações de especialistas, consultas, deliberação, seleção, votação, em um processo semelhante à votação deliberativa, mas isso duraria semanas ou meses, em vez de apenas um fim de semana.

Assembleias de cidadãos lidando com um único assunto

Se o primeiro passo que os Estados Unidos ou qualquer outro país der em direção à “[Representação Verdadeira](#)” for uma assembleia de cidadãos única lidando com uma única questão controversa, como o controle de armas, quais seriam os próximos passos? Talvez uma segunda, terceira e quarta assembleia de cidadãos sobre mudanças climáticas, aborto ou imigração? Devido ao impasse partidário que paralisa o Congresso, nós não podemos contar com os políticos atuais para tratar dessas questões urgentes. Eles geralmente não fazem nem uma discussão conscienciosa sobre elas na Câmara ou no Senado. A maioria dos políticos está preocupada com a reeleição, e não com fazer a coisa certa.

Assim, se nosso único uso dos sorteios fosse para organizar uma série de assembleias nacionais de cidadãos sobre questões desafiadoras, com legisladores em tempo integral voluntariamente delegando sua autoridade como está acontecendo atualmente na Irlanda, isso seria uma melhora bem-vinda para a nossa democracia. Questões críticas que têm sido negligenciadas há anos, sem uma atenção significativa, poderiam avançar para além do impasse partidário de legislaturas eleitas.

Jurados

Conforme mencionado anteriormente, tribunais norte-americanos e britânicos continuaram com a tradição ateniense original de [escolher seus jurados por sorteio](#) por centenas de anos. Um amigo meu ponderou se poderíamos confiar em cidadãos comuns, escolhidos randomicamente, para tomarem decisões legislativas. Quando lhe lembraram de que nós confiamos em cidadãos comuns, escolhidos randomicamente a partir de listas de contribuintes, eleitores ou motoristas registrados para servir em júris, os quais têm autoridade para tirar a liberdade ou até mesmo a própria vida de seus companheiros seres humanos, não foi necessário usar outros argumentos.

Representantes para assembleias nominativas

Tão logo acaba uma eleição, os políticos começam a fazer campanha e a buscar doações para a próxima. Comentaristas da mídia impressa ou televisiva dificilmente discutem questões, exceto em termos de como cada questão afetará as chances dos políticos na próxima eleição. Ironicamente, investimos muito mais tempo, dinheiro e energia escolhendo os tomadores de decisões do que nas próprias decisões.

As assembleias nominativas podem mudar tudo isso. Com representantes escolhidos por sorteio, elas podem deliberar e escolher ocupantes de cargos públicos como juízes, prefeitos, governadores e, até mesmo, presidentes, em nome do conjunto de cidadãos que elas realmente representam.

Em vez de eleições primárias e convenções partidárias, as assembleias nominativas escolhidas por sorteio poderiam deliberar por um certo tempo, avaliando currículos, lendo testemunhos e entrevistando seus candidatos favoritos. Então, a assembleia recomendaria uma lista de candidatos para uma decisão final. Esse processo permitiria que um candidato chegasse à eleição geral sem uma campanha longa e cara, concorrendo às eleições primárias e das convenções partidárias, e sem servir a doadores ou a partidos políticos.

A abordagem mais radical de seleção final seria eliminar a cara e demorada eleição geral, escolhendo um vencedor randomicamente a partir de uma lista de candidatos cuidadosamente avaliada, deixando a sorte decidir o resultado. Isso é semelhante à maneira como muitos cargos governamentais eram preenchidos na Atenas antiga. Os cidadãos prontamente concordavam em servir, pois o serviço no governo era considerado uma grande honra e dever, assim como o serviço militar.

As objeções que ouvi sobre eliminar as eleições competitivas frequentemente vêm de pessoas que simplesmente não conseguem imaginar não votar, especialmente os afro-americanos que, após terem lutado por tanto tempo pelo direito de votar, podem não querer desistir dele. É justo. Mas vamos ainda nos permitir pensar criativamente sobre todas as opções.

Uma abordagem menos radical seria fazer com que o processo nominativo fosse transmitido ao vivo e gravado para análise pública, juntamente com os currículos, os testemunhos e, conforme apropriado, as declarações pessoais do imposto de renda fornecidas pelos candidatos. O público poderia votar após algumas semanas com base em uma lista qualificada de candidatos, e jogando no lixo da história doações, partidos políticos e campanhas intermináveis.

Escolhendo um presidente sem uma eleição

Nas 45 eleições presidenciais dos Estados Unidos, cinco presidentes venceram com menos da maioria. Em mais de 10 por cento do tempo, a maioria desejava que o presidente fosse outro. Isso aconteceu mais recentemente, em 2000 e, novamente, em 2016. O problema está diretamente relacionado ao Colégio Eleitoral, a instituição mais excêntrica do mundo para escolher um líder de uma república democrática. Somos a única democracia que possui um.

Os fundadores de nossa república não confiavam nas pessoas norte-americanas sem educação, temendo a tirania da anarquia das massas. Em vez disso, eles criaram um sistema no qual cada estado decide como escolher representantes para um Colégio Eleitoral, que se reúne separadamente em cada estado, computando seus votos em escala nacional para escolher o presidente e o vice-presidente. Os fundadores presumiam que os representantes do Colégio Eleitoral seriam mais conscienciosos e bem informados do que o conjunto de cidadãos.

Mas não funcionou dessa maneira, pois os partidos políticos escolhiam os representantes e os comprometiam com candidatos específicos. Durante muitos anos, os líderes partidários de cada estado diziam aos representantes, que frequentemente ficavam com uma dívida de gratidão para com o partido por causa de seus cargos clientelistas no governo do estado, como eles deveriam votar.

Tentamos reformar esse processo através de eleições primárias e convenções partidárias, que servem para permitir que os cidadãos escolham candidatos, em vez de chefes de partidos políticos. Mas as reformas tiveram consequências inesperadas. [Pouco mais de 20 por cento dos eleitores comparecem às primárias](#) e às convenções partidárias, mas esses eleitores têm mais opiniões partidárias do que o público em geral. Isso estimula os candidatos presidenciais

a mentir, dizendo uma coisa enquanto disputam nomeação pelo partido e, depois, mudando de direção e dizendo algo diferente na eleição geral.

O processo eleitoral tornou-se uma maratona de dois anos, com [mais de dois bilhões de dólares gastos](#) em cada uma das duas últimas eleições presidenciais. A necessidade de angariar enormes somas de dinheiro faz os candidatos se sentirem em dívida de gratidão para com os ricos doadores.

Em seu [discurso de despedida em 1796](#), George Washington advertiu que o partido político, que surgiu no início da república com o único propósito de vencer as eleições, “serve sempre para distrair os conselhos públicos e enfraquecer a administração pública. Ele agita a comunidade com ciúmes sem fundamento e falsos alarmes, atíça a animosidade de uma parte contra a outra, fomenta ocasionais tumultos e insurreições”.

Devido à interferência da Rússia na eleição presidencial de 2016, temos que nos perguntar se Washington tinha uma bola de cristal para prever o futuro. Ele disse que o partido político “abre a porta para a influência externa e a corrupção, que encontra acesso facilitado ao próprio governo através dos canais de paixões partidárias”.

E se, em vez de obstruir a vontade do povo, o Colégio Eleitoral se tornasse um fórum verdadeiramente representativo para os cidadãos de cada estado conscienciosamente escolherem o presidente e o vice-presidente, como os fundadores queriam? E se pegássemos emprestada a ideia da democracia ateniense original, que escolhia a maior parte dos ocupantes de cargos públicos por loteria, como os tribunais norte-americanos escolhem seus jurados?

Os representantes do Colégio Eleitoral seriam escolhidos randomicamente em cada estado e distrito congressional e no Distrito de Colúmbia. Esse processo não exige absolutamente nenhuma mudança na [Constituição dos Estados Unidos, que não dita o método de seleção de representantes](#). Ele poderia ser implementado mudando-se o processo de seleção de estado para estado. Os partidos políticos a nível estadual agora controlam as regras para escolha de eleitores. Isso poderia ser tirado de suas mãos.

Apoiados por pessoal apropriado, os eleitores entrevistariam candidatos presidenciais que poderiam ser recomendados pelo Senado, pela Câmara, pelas legislaturas estaduais e por abaixo-assinados de cidadãos, escolhendo o presidente e o vice-presidente sem uma eleição nacional.

O processo seria muito transparente, televisionado durante semanas, talvez com cada candidato a presidente apresentando-se em uma entrevista pública, acompanhado do testemunho de outros, de cartas de referência, de relatórios sobre sua formação e declarações de imposto de renda.

Não haveria necessidade de debates semelhantes a circos. Afinal, quando na vida real os presidentes aparecem em tais debates após serem eleitos, exceto durante a campanha eleitoral para um segundo mandato?

Baseados na constituição dos Estados Unidos, os eleitores se reuniram em seus respectivos estados, com a possibilidade de que o advento da [tecnologia de reuniões virtuais](#) poderia facilitar um evento mais unificado e coordenado, transmitido ao vivo para o público. Essa abordagem remedia o dilema de que os cidadãos comuns simplesmente não têm tempo nem os fatos para tomarem decisões informadas em meio às suas vidas ocupadas. Mas no contexto certo, com tempo suficiente para pensar e refletir, com informações equilibradas, um grupo de 538 cidadãos comuns, estatisticamente garantidos por sorteio para verdadeiramente representar seus companheiros norte-americanos, provavelmente tomaria uma decisão muito mais conscienciosa através da deliberação do que através do atual processo de eleições partidárias.

Talvez o Colégio Eleitoral, essa instituição excêntrica característica dos Estados Unidos da América, possa finalmente cumprir seu propósito original.

6. A busca pelo poder

Poder

Todos os seres humanos querem o poder. Desde nosso primeiro choro enquanto bebês, nós exigimos poder. “Buáááá! Eu quero porque quero, e quero agora.”

A maioria de nós quer poder limitado, meramente o poder de atender nossas próprias necessidades e de ter controle sobre nossas próprias vidas. Entretanto, alguns de nós queremos ter poder sobre os outros. E alguns de nós queremos mais e mais.

A maioria dos políticos profissionais é atraída ao poder como mariposas a uma chama. [Lord John-Dahlberg Acton](#), historiador, político e escritor inglês, advertiu, em 1887, que “o poder tende a corromper e o poder absoluto absolutamente corrompe. Grandes homens são quase sempre homens ruins...”

Quando li essa frase pela primeira vez, tive que pensar sobre ela por um momento.

O poder pode ser usado para bons propósitos, é claro, e isso ocorre com frequência. Mas, para a maioria dos políticos, a prioridade é a reeleição, e boas causas frequentemente são sacrificadas pelo interesse em vencer.

Pelo que me consta, a primeira pessoa a asseverar que “a política é a busca pelo poder” foi [Nicolau Maquiavel](#), em seu famoso livro “O Príncipe”, uma cética cartilha para governantes do início dos anos 1500. Antes de Maquiavel, a definição de política era mais benigna, referindo-se à governança em geral. Mas Maquiavel explorou o lado mais escuro da política, inclusive o uso estratégico da guerra para a obtenção do poder.

Ninguém expressou uma visão mais sinistra da política do que [Mao Zedong](#), o revolucionário que fundou a China Comunista. Ele disse: “A política é a guerra sem derramamento de sangue, enquanto a guerra é a política com derramamento de sangue”.

Ironicamente, [Lee Atwater](#) que, aos 38 anos de idade, foi o homem mais jovem a presidir o Comitê Nacional Republicano, talvez, sem saber, tenha empregado a definição de Mao. Ele chamava seu trabalho de “conflito político” e foi um pioneiro em propagandas com ataques negativos. Ele via a provocação racial como uma estratégia de campanha aceitável.

Infelizmente, Atwater morreu de câncer aos 40 anos. À beira da morte, expressou arrependimento ao escrever uma das mais comoventes apologias que já li (a qual compartilho abaixo).

Da governança política à governança deliberativa

Meu site, “[Building a New Reality](#)”, define o que eu chamo de as seis facetas de uma nova realidade: educação, governança, cuidados, justiça, empreendedorismo e espírito. Apesar de meu [diagrama das seis facetas](#) apresentá-las em sentido horário quanto à ordem, a sequência

é irrelevante. Elas são simplesmente uma lista das necessidades básicas essenciais a qualquer sociedade funcional.

Entretanto, parafraseando "[O Senhor dos Anéis](#)", de Tolkien", [governança](#) é a "faceta que rege todas elas". Para fazer a transição da governança política para a governança deliberativa, que é o objetivo que proponho, a busca do poder é substituída pela busca da verdade. Sob o nosso atual sistema de governança política, o poder e a verdade são opostos.

Um amigo meu, presidente do conselho de um banco regional, certa vez me perguntou ceticamente se eu estava tentando mudar a [natureza humana](#). É uma boa pergunta. Mas não, eu não estou tentando mudar a natureza humana. Com muita frequência, nós vemos nossas fragilidades e falhas como natureza humana, mas eu vejo isso de forma diferente.

Em cada momento de nossa existência, temos escolhas a fazer, como na imagem um pouco parecida com a de um desenho animado de um diabinho sobre um ombro e um anjo sobre o outro, cada um implorando que o sigamos. A natureza humana é dinâmica. Sempre podemos escolher sucumbir ao lado escuro, e todos nós ocasionalmente fazemos isso. Mas também podemos escolher nos movermos em direção à luz. Vejo a natureza humana e a história humana como a luta entre esses dois lados.

Dado o que viemos a saber sobre o poder, os seres humanos têm menor probabilidade de serem corrompidos e atraídos para o lado escuro em uma sociedade em que descentralizamos e compartilhamos amplamente o poder. Essa é a tese fundamental deste [manifesto](#).

Autoridade e influência

A [autoridade](#) é o lado oficial da governança. A autoridade é inerente àqueles que têm papéis de tomada de decisão formais, desde os pais até os presidentes.

A [influência](#) é o lado não oficial da governança. Mesmo os pais mais severos e os ditadores mais poderosos devem lutar contra a influência, a habilidade inerente de seus filhos e de seus cidadãos de apoiar ou desafiar a autoridade e influenciar os outros a fazer o mesmo.

A governança funciona melhor em qualquer cenário em que a autoridade e a influência estejam alinhadas, apoiando objetivos compartilhados. É isso que as eleições democráticas devem alcançar: os cidadãos exercem sua influência votando para que os tomadores de decisões que compartilham seus objetivos ocupem posições de autoridade.

Infelizmente, a vasta maioria de cidadãos em repúblicas democráticas em todo o mundo [não acredita mais que isso seja verdade](#). Entretanto, podemos realinhar a influência e a autoridade descentralizando a governança; dando mais voz e mais escolha às pessoas, em troca de assumirem mais responsabilidade.

A escolha de legisladores por sorteio significa que os cidadãos não votam meramente em tomadores de decisões. Eles tornam-se tomadores de decisões.

A influência junta-se à autoridade.

O fracasso da governança política

Em 1991, [Lee Atwater](#), presidente do Comitê Nacional Republicano e pioneiro em propagandas de ataque político, estava morrendo de um tumor cerebral.

Anos antes, em uma entrevista confidencial que só foi liberada depois de sua morte, Atwater explicou a assim chamada “estratégia sulista”. Ela permitiu que os republicanos ganhassem os votos de racistas sem eles mesmos soarem racistas, tornando as mensagens raciais abstratas. Atwater disse: “[Você começa em 1954 dizendo ‘Negro, negro, negro.’](#) Em 1968, você não pode dizer ‘negro’. Isso machuca, volta-se contra você. Então, você menciona coisas como “ônibus obrigatório”³, direitos dos estados e coisas assim...”

Atwater planejou a [famosa propaganda de ataque para a campanha presidencial de 1988](#), a qual culpava o candidato [Michael Dukakis](#), governador de Massachusetts, pelo estupro e ataque realizado por Willie Horton contra um casal branco. Horton era um negro condenado por assassinato que escapou durante o programa de indulto de final de semana promovido pelo sistema prisional de Massachusetts. Sobre Dukakis, Atwater disse que “acabarei com o desgraçado” e “farei de Willie Horton seu vice”. Ironicamente, a propaganda de ataque culpava Dukakis por um programa prisional que tinha sido iniciado por seu predecessor, um governador republicano.

Em outra ocasião, Atwater colocou um repórter falso em uma coletiva de imprensa para constranger um candidato congressista ao perguntar a ele sobre sua luta contra a depressão na adolescência.

Atwater chamava esse trabalho de “conflito político”. Mas o conflito político afugenta boas pessoas que não desejam prejudicar outros nem serem prejudicadas: elas abandonam o serviço público, deixando-o para aqueles que são mais durões. Infelizmente, eleitores de todo o mundo vieram a acreditar que conflitos de partidos políticos são um mal necessário ao se escolher ocupantes de cargos públicos, um método que deveria ser chamado de “escolha por combate”.

Os partidos políticos foram inventados com a finalidade de vencer eleições. George Washington, o primeiro presidente norte-americano, previu em [seu discurso de despedida](#) que os partidos políticos “têm probabilidade, ao longo do tempo e dos acontecimentos, de tornarem-se máquinas potentes, através das quais homens astutos, ambiciosos e sem princípios serão capacitados a subverter o poder do povo e usurpar para si mesmos as rédeas do governo”.

³ N. de T.: *forced busing* (ônibus obrigatório). Nos Estados Unidos, é a prática de transportar estudantes para escolas dentro ou fora de seus distritos escolares locais como forma de retificar a segregação racial.

Ao enfrentar a morte com apenas 40 anos de idade, Atwater buscou paz espiritual escrevendo cartas de desculpas a Dukakis e a outras vítimas de seus truques políticos sujos. Em um artigo final para a revista *Life*, um mês antes de sua morte, Lee Atwater escreveu: “Minha doença me ajudou a ver que o que estava faltando na sociedade é o que estava faltando em mim: um pouco de coração. Um pouco de fraternidade...”

“Eu adquiri mais riqueza, poder e prestígio do que a maioria. Mas você pode adquirir tudo o que desejar e ainda assim se sentir vazio... Precisei de uma doença mortal para me colocar frente a frente com essa verdade, mas é uma verdade que o país, apanhado em suas ambições cruéis e sua decadência moral, pode aprender às minhas custas. Não sei quem vai nos liderar... mas ele deve ser levado a falar a esse vácuo espiritual no coração da sociedade norte-americana, esse tumor na alma”.

O potencial da [Governança Deliberativa](#)

O Texas é famoso por sua política divisora. Os moderados são vistos por muitos como fracos. O populista texano [Jim Hightower](#) diz que, em seu estado, "[não há nada no meio da estrada, a não ser listras amarelas e tatus mortos](#)".

Então, como é possível que o Texas, um dos estados originalmente ligados ao petróleo e ao gás, seja agora o líder nacional em energia renovável? Como é possível que tanto os conservadores quanto os liberais apoiem esses acontecimentos? E os tatus mortos?

O que transformou a usual batalha política partidária entre ambientalistas e o setor energético foi a “Pesquisa Deliberativa”.

De 1996 a 1998, oito usinas elétricas texanas pediram a James Fishkin, então na Universidade do Texas, em Austin, para fazer um levantamento das opiniões de seus clientes sobre as opções de energia: renovável, conservação e custos relacionados. As Pesquisas Deliberativas tiveram notável credibilidade porque seus participantes foram escolhidos por loteria entre a população-alvo, nesse caso fazendo de cada grupo deliberativo um verdadeiro representante dos clientes das oito empresas.

Os resultados das pesquisas sobre energia no Texas chocaram a todos. Os texanos, do estado do petróleo e do gás, que dirigem mais quilômetros em mais picapes e SUVs do que habitantes de qualquer outro estado, estavam dispostos a pagar mais por energia renovável e conservação de energia. De uma pesquisa telefônica inicial até a pesquisa final após a deliberação, a disposição dos clientes de pagar a mais aumentou 30 por cento, 84 por cento para energia renovável e 73 por cento para conservação de energia.

Fishkin relata que, após ouvir palestrantes e deliberar com outros, as pessoas mudam suas escolhas desde a primeira pesquisa telefônica quase setenta por cento do tempo, um

resultado surpreendente porque, de acordo com pesquisas empíricas e a sabedoria convencional, as pessoas geralmente são mais resistentes à mudança.

A influência de uma Pesquisa Deliberativa depende totalmente de sua legitimidade, acentuada pelo cuidado meticuloso que os pesquisadores de opinião pública têm para chegar a um acordo com todas as partes disputantes na preparação do livro de instruções. Para uma Pesquisa Deliberativa na Austrália, Fishkin e seus colegas fizeram 19 versões do livro de instruções, até que todas as partes finalmente chegaram a um acordo. Todas as partes confiam em um processo no qual sua voz é significativa e suas preocupações são levadas em conta.

O setor de energia elétrica texano e o governo do Texas foram profundamente influenciados pelos resultados inesperados, e agiram em conformidade. De 1996 a 1998, quando as pesquisas foram realizadas, o Texas, estado do petróleo e do gás, era o número 49 dos 50 Estados Unidos em produção de energia renovável. Hoje, o Texas é o número um.

Poder para o povo.

7. A promessa da [Representação Verdadeira](#)

E se exigíssemos que cada candidato a presidente, ao Senado e à Câmara dos Deputados assinasse uma Promessa de Representação Verdadeira? A estratégia da promessa pode ser usada em qualquer eleição, em todos os países, a nível nacional, estadual, provincial ou local, sempre que as pessoas desejarem demonstrar o potencial dos sorteios e das assembleias de cidadãos, tendo como alvo uma questão importante que os políticos não conseguem resolver.

Ao assinar a promessa, todo candidato prometeria, após ser eleito, que:

- Rapidamente promulgaria leis para autorizar e financiar uma assembleia de cidadãos nacional (ou estadual, provincial ou local) para decidir sobre uma questão importante identificada como promessa.
- A assembleia de cidadãos seria realizada com um livro de instruções preparado para representar de forma justa os prós e os contras de uma ampla gama de opiniões sobre a questão escolhida.
- No caso de uma assembleia de cidadãos dos Estados Unidos, por exemplo, 435 cidadãos norte-americanos, um de cada distrito congressional, seriam escolhidos por sorteio.
- O financiamento cobriria o processo de seleção e as despesas de cada representante.
- O financiamento disponibilizaria funcionários para apoiar o processo e a redação de uma lei que refletisse as decisões da assembleia.
- O financiamento cobriria o custo de um local e de transmissão ao vivo, de modo que o público pudesse assistir o processo deliberativo.
- Cada senador, deputado e o presidente (ou ocupantes de cargos públicos eleitos relevantes e os candidatos em outras jurisdições) apoiariam totalmente, e prontamente promulgariam quaisquer decisões tomadas por esse grupo verdadeiramente representativo de concidadãos.

Por que achamos que essa estratégia da Promessa da Representação Verdadeira funcionará?

Como a falha nas eleições impingiu a lei seca nos Estados Unidos

Em 1920, no primeiro dia da [Lei Seca](#), as pessoas devem ter olhado ao redor e pensado: “Como diabos isso foi acontecer?”

[Wayne Wheeler](#), líder da National Anti-Saloon League (Liga Nacional Antibares), sabia exatamente como isso tinha acontecido. Ele conseguiu que os Estados Unidos abandonassem as bebidas alcoólicas e fechassem seu quinto maior setor ao explorar a falha no âmago do processo eleitoral: a brecha entre ganhar e perder.

Ele se vangloriou que o tinha feito da maneira que os chefes de partidos políticos o fizeram. Obteve a lealdade de um bloco unificado de eleitores que, apesar de serem uma pequena minoria, poderiam controlar uma eleição fechada. Qualquer candidato com 45 por cento do eleitorado poderia vencer com a ajuda do bloco de votação da liga.

Mas se o candidato se recusasse a apoiar a Lei Seca, Wheeler faria o bloco mudar seus votos em favor do oponente.

Em 1903, a liga decidiu se opor a 70 legisladores de Ohio e derrotou cada um deles. Em 1905, a liga desafiou o governador de Ohio, que tinha sido eleito previamente com a maior pluralidade na história do estado. Apesar de os republicanos terem vencido eleições alternadas na corrida eleitoral em todo o estado de Ohio, o governador republicano foi derrotado e sua carreira política foi arruinada. A demonstração de poder da liga em Ohio permitiu que ela intimidasse os políticos em todos os estados após a Lei Seca ser decretada a nível nacional através de uma emenda na Constituição dos Estados Unidos.

Wayne Wheeler aperfeiçoou uma estratégia que permite que um pequeno grupo de eleitores votando em uma única questão imponha sua vontade sobre o resto da nação. E se tivéssemos que usar a estratégia de Wayne Wheeler para salvar a democracia em outros lugares, em todos os níveis governamentais, a partir de seu atoleiro partidário atual?

Aqueles de nós que desejam explorar a possibilidade de uma democracia mais liberal podem começar com a falha das eleições, da mesma maneira que Wayne Wheeler pressionou os legisladores a apoiar sua causa. Com apenas uma pequena porcentagem de eleitores resolutos, podemos decidir qualquer eleição fechada em favor de candidatos que concordem em aceitar a Promessa da Representação Verdadeira.

O abaixo-assinado da Representação Verdadeira

Em primeiro lugar, devemos lançar uma campanha de abaixo-assinados para garantir que haja suficientes assinaturas de eleitores formando uma ameaça crível aos políticos que não quiserem assinar. Não precisamos mudar governos ou constituições para dar o primeiro passo. Temos apenas que conseguir que os candidatos concordem em *delegar voluntariamente sua autoridade* e promulgar uma legislação que forneça financiamento adequado para as despesas de condução e transmissão ao vivo de uma assembleia de cidadãos e, subsequentemente, honre as decisões da assembleia transformando-as em lei.

À medida que o número de nomes no abaixo-assinado crescer, a ameaça se tornará mais crível. Se os candidatos concordarem em nos apoiar, eles poderão usar nosso logotipo da Representação Verdadeira no material informativo e em sites de suas campanhas. Um esforço de Representação Verdadeira bem-sucedido abrirá caminho para que futuras assembleias de cidadãos lidem com outras questões controversas que os políticos receiam abordar.

Esse é um primeiro passo pragmático. Não estamos propondo uma mudança permanente de governo. Ao contrário, queremos dar às pessoas em todo o mundo uma oportunidade de verem como os sorteios e a tomada de decisão participativa pode funcionar na prática.

O fim do pesadelo americano de James Madison

James Madison confiava no povo norte-americano até certo ponto, mas ele se preocupava quando eles se tornavam massas anarquistas. Ele queria encontrar uma maneira de desacelerar as coisas quando isso acontecesse, criando mecanismos para uma calma deliberação. Tinha imaginado um Senado escolhido por legislaturas estaduais, não por eleição direta, e um Colégio Eleitoral que escolhesse o presidente, em vez de ele ser escolhido por eleitores. Mas isso não funcionou da maneira como ele esperava. Mesmo assim, o uso das assembleias de cidadãos escolhidas por sorteio, uma ideia antiga dentro de um contexto moderno, criará um processo deliberativo absolutamente consistente com as intenções de Madison e dos outros fundadores.

Quando Benjamin Franklin emergiu da Convenção Constitucional de 1787 e foi questionado sobre que tipo de governo havia sido proposto, respondeu: “Uma república, se vocês conseguirem mantê-la”. Ele estava falando conosco. E assim também estava John F. Kennedy, quando nos incitou a perguntar o que poderíamos fazer por nosso país. Suas palavras tocaram o espírito de um rapaz de quatorze anos: eu. Desde então, vim a compreender que, se quisermos ter mais voz e escolha (a promessa da democracia), devemos assumir mais responsabilidades.

Talvez os norte-americanos possam dar o exemplo e inspirar outros, como fizemos no passado, a superar adversidades e abraçar um espírito renovado de democracia.

Podemos nos questionar se a reforma proposta, sorteio em vez de eleição, é relevante aos Estados Unidos, já que foi desenvolvida na Atenas antiga, uma democracia imperfeita da qual homens sem propriedades, mulheres e escravos não podiam participar. Mas isso corresponde exatamente à democracia norte-americana do tempo de Franklin: homens sem propriedades, mulheres e escravos não podiam participar.

Entretanto, nos dois séculos desde a fundação da república norte-americana, nós evoluímos.

Podemos continuar a fazer isso.

Devemos.

Adendo: Indicação de material sobre assembleias de cidadãos e sorteios

Livros

Democracy When the People are Thinking: Revitalizing Our Politics Through Public Deliberation (2018) James S. Fishkin

A democracia requer uma conexão com a “vontade do povo”. O que isso significa em um mundo de “notícias falsas”, defesa implacável, diálogo principalmente entre os que pensam da mesma forma e enormes gastos para manipular a opinião pública? Que tipo de opinião o público pode ter sob tais condições? Como seria a democracia se as pessoas realmente pensassem mais seriamente nas políticas com as quais têm de viver? Se elas realmente “deliberassem” com boas informações sobre suas escolhas políticas?

The End of Politicians: Time for a Real Democracy (2017) Brett Hennig

Nossa política está falida, mas pode ser consertada. Uma democracia verdadeira não é apenas possível; é uma necessidade urgente. Provocativo, sucinto e inspirador, *The End of Politicians* combina *insights* da história da democracia com uma compreensão crítica da revolução das informações para explicar como podemos consertar a democracia eliminando os políticos e substituindo-os por uma rede representativa de cidadãos cotidianos. (Boas leituras - "Goodreads")

The Wisdom of Crowds: Why the Many Are Smarter Than the Few and How Collective Wisdom Shapes Business, Economies, Societies and Nations (2004) James Surowiecki

Neste livro fascinante, o ex-colunista de negócios da revista *The New Yorker*, James Surowiecki, explora uma ideia enganosamente simples: grandes grupos de pessoas são mais inteligentes do que os poucos de uma elite, não importando quão brilhantes sejam; melhores na resolução de problemas, na promoção de inovações, na tomada de decisões sábias, até mesmo na previsão do futuro. Com erudição infinita e prosa deliciosamente clara, Surowiecki aborda campos tão diversos quanto cultura popular, psicologia, biologia das formigas, economia comportamental, inteligência artificial, história militar e política para mostrar como essa ideia simples oferece importantes lições sobre como vivemos nossas vidas, escolhemos nossos líderes, administramos nossas empresas e pensamos sobre nosso mundo.

Artigos

[*The Case for Governing by Lottery*](#) no *Boston Globe* (2012) Alex Guerrero

[*The Lottocracy*](#), no site *Aeon*, (2014) Alex Guerrero

Ambos os artigos apresentam uma excelente explicação sobre a ideia da lotocracia de Guerrero. Para aqueles que não têm acesso a uma biblioteca universitária, esses artigos são

uma útil alternativa ao pagamento da [taxa para ler o artigo original em revistas acadêmicas](#): *Against Elections: The Lottocratic Alternative* (2014).

[The Nation in a Room](#) no site do *Boston Review*, (2006) James S. Fishkin

Um excelente artigo de Fishkin que explica a Pesquisa Deliberativa, contrastando-a com a visão da votação nacional de políticas públicas, de George Gallup.

Vídeos

[By The People: What's Next California?](#) 57 minutos

Apresentado por Judy Woodruff, do programa NewsHour, da PBS, "By The People: What's Next California?" acompanha a reunião de uma amostra representativa de 412 eleitores registrados da Califórnia em Torrance, para a primeira Pesquisa Deliberativa do estado, em junho de 2011. Discussões no fim de semana e resultados antes e depois da pesquisa sobre questões-chave que o estado enfrenta foram capturadas e apresentadas aos espectadores.

[When Citizen's Assemble](#) 17 minutos

Este filme de Patrick Chalmers explica sucintamente como os esforços da Irlanda de quebrar um entrave político sobre o banimento de facto do aborto foi uma resposta inspirada e audaciosa: a criação de uma assembleia de cidadãos para lidar com a questão. Durante cinco fins de semana divididos em cinco meses, uma seleção randômica de irlandeses deliberou sobre a questão altamente divisora e controversa. Subsequentemente, os irlandeses usaram as decisões da assembleia como base para um referendo nacional que eliminou o banimento amplo. A assembleia representa um momento de grande avanço não apenas para a Irlanda, mas também para as maneiras de se fazer política no resto do mundo. Usando uma seleção randômica e uma deliberação para buscar soluções para uma questão altamente contenciosa, em vez de deixá-la a cargo de políticos eleitos, a Irlanda nos presenteou com uma lição da vida real de fazer democracia de um modo diferente.

[What If We Replaced Politicians With Randomly Selected People](#) 10 minutos (TedTalk)

Se você acha que a democracia está falida, vamos substituir os políticos por pessoas escolhidas randomicamente. O autor e ativista Brett Hennig apresenta um caso premente para a democracia dos sorteios ou uma escolha randômica de ocupantes de cargos governamentais, um sistema com raízes na antiga Atenas que explora a sabedoria da multidão e confia a pessoas comuns tomadas de decisão equilibradas para o bem maior de todos. Parece loucura? Saiba mais sobre como isso poderia funcionar para criar um mundo livre da política partidária.

Sites

[Building a New Reality](#) é o meu próprio site. Apresenta uma visão geral das seis facetas de uma nova realidade, incluindo “a faceta que rege todas elas”, a governança. Há uma série de *blogposts* de vários autores, inclusive meus, sobre [assembleias de cidadãos](#) e um número crescente de *posts* e páginas sobre a nossa campanha da Promessa da [Representação Verdadeira](#) para passar a democracia política nos Estados Unidos para uma democracia deliberativa.

A [Sortition Foundation](#) oferece recursos sobre legislaturas escolhidas por sorteio, assembleias de cidadãos e a campanha para uma Câmara de Cidadãos no Reino Unido em substituição à Câmara dos Lordes.

O [Center for Deliberative Democracy](#), da Universidade de Stanford, possui rico material informativo sobre mais de duas décadas de Deliberative Polling™, incluindo uma cronologia e

[Building a New Reality](#) é um movimento social, apartidário, baseado em evidências e dedicado à descentralização do poder e à tomada de decisões participativa em todas as facetas da sociedade: educação, governança, cuidados, justiça, empreendedorismo e espírito.

[Representação Verdadeira](#) é nosso primeiro projeto, pois a governança é “a faceta que rege todas elas”.

Advogamos mais voz e mais oportunidade em troca de assumir mais responsabilidade.

Visite e navegue pelo nosso site. Você pode se inscrever na parte inferior de qualquer página para receber *blogposts* e atualizações. Junte-se a nós.

uma descrição de mais de 100 pesquisas deliberativas.



Uma chamada à ação: uma assembleia de cidadãos norte-americanos sobre o controle de armas

A estratégia usada por Wayne Wheeler, da National Anti-Saloon League (Liga Nacional Antibares), para impor a “proibição” de bebidas alcoólicas ao resto da nação em 1920 é a mesma usada pela [National Rifle Association](#) (NRA - Associação Nacional do Rifle) para evitar até mesmo uma discussão significativa sobre os prós e os contras do controle de armas. Ambas as organizações demonstraram como uma pequena minoria determinada pode atingir seus objetivos explorando a vulnerabilidade dos políticos em nosso sistema eleitoral competitivo e falho.

Proponho usar a mesma estratégia para realizar uma assembleia de cidadãos sobre o controle de armas nos Estados Unidos, uma abordagem participativa de uma das questões mais desafiadoras de nossa nação: como limitar a violência por armas de fogo no país.

Por favor, entendam que *não estou promovendo nenhuma posição particular sobre o controle de armas*. Se nossa visão é resistir totalmente a qualquer restrição a armas, abolir totalmente as armas ou, o mais provável, se nossas opiniões estão em algum ponto entre as anteriores, por que os norte-americanos não podem ter um processo deliberativo consciencioso sobre uma de nossas questões mais desafiadoras?

Para fins de transparência, se você desejar conhecer minha opinião pessoal sobre o controle de armas, leia o *blogspot* em meu site “[Building A New Reality](#)” intitulado “[The Good Old NRA.](#)”)

No primeiro capítulo de meu livro “[The Electronic Congress](#)”, publicado em 19912, escrevi: “A NRA se opõe a toda legislação sobre o controle de armas, apesar de 87 por cento dos proprietários de armas norte-americanos, de acordo com uma pesquisa feita em 1989 pela Time/CNN, serem a favor de uma lei federal exigindo um período de espera de sete dias e uma verificação de antecedentes para qualquer pessoa que desejar comprar um revólver”.

Em 1993, a lei [The Brady Handgun Violence Prevention Act](#) foi votada, seu nome uma homenagem ao secretário de imprensa da Casa Branca, James Brady, que foi baleado e ficou com graves sequelas após a tentativa de assassinato do Presidente Ronald Reagan, em 1981. A lei exigia uma verificação de antecedentes antes que uma arma fosse comprada de um vendedor licenciado, fabricante ou importador. Desde então, críticos de [ambos os lados da questão do controle de armas têm argumentado que a lei é ineficaz](#), mas por razões diferentes.

Em 1994, [foi imposto um banimento a metralhadoras](#)—uma proibição temporária, em vigor de setembro de 1994 a setembro de 2004. Várias tentativas de renovar o banimento falharam, apesar do fato de que [70% do público, em 2018](#) era a favor de restabelecê-lo.

Acho profundamente angustiante que a questão da violência por armas, sobre a qual escrevi em 1992, ainda hoje esteja nos desafiando. Qualquer que seja a solução, não resolveremos coisa alguma se não fizermos nada.

Meu amigo David Heekin é [um dos contribuidores do meu site Building A New Reality](#). Posso não concordar com ele às vezes, mas sempre o encontro aberto a uma discussão genuína. Em um artigo que escreveu para sua página no Facebook, intitulado “Evolution of a Gunslinger” (Evolução de um Pistoleiro), ele descreveu sua opinião sobre o atual impasse quanto ao controle de armas:

O fuzil AR-15 tem aparecido muito no noticiário ultimamente. Caso você esteja morando em Marte e não tenha ouvido falar dele, o AR-15 é a versão civil da principal arma de infantaria militar M-16/M4. Um grupo de fanáticos inflexíveis insiste que ele é uma metralhadora e deve ser banido. Outro grupo de fanáticos inflexíveis grita que ele definitivamente NÃO é uma metralhadora, e insiste que qualquer tentativa de banir o AR-15 é uma violação da segunda emenda da Declaração dos Direitos Humanos da Constituição dos Estados Unidos e, portanto, de seus direitos individuais como cidadãos. Sem negociação, sem acordo, sem dó nem piedade de nenhum dos lados.

Não importa em que lado do controle de armas você se encontra, provavelmente concorda que ser teimoso e gritar uns com os outros usando os mesmos argumentos é inútil. Chegou a hora de superar o impasse— ***mas precisamos de sua ajuda***.

Se você espera que os políticos e nosso disfuncional sistema político resolvam o nosso problema, irá morrer de velho. Em vez disso, estamos propondo uma deliberação pública por um grupo verdadeiramente representativo de norte-americanos comuns; uma abordagem que tem o potencial de revigorar nossa democracia e realizar algo significativo ao mesmo tempo.

[Inscreva-se agora](#) para receber atualizações e blogs semanais. Nós o manteremos informado à medida que avançarmos.

Para ter mais voz e mais escolhas precisamos de mais responsabilidade compartilhada.

Junte-se a nós.